

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.370 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 2001

Plenário aprova projeto que dá mais segurança ao voto eletrônico

Definida em acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, proposta de Roberto Requião ainda será examinada em turno suplementar e depois pela Câmara dos Deputados, mas pode entrar em vigor já nas eleições do próximo ano



O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que modifica o sistema eletrônico de votação, aumentando sua segurança e possibilitando maior fiscalização. De autoria do senador Roberto Requião, a proposta foi discutida com o Tribunal Superior Eleitoral e aprovada na forma de substitutivo do senador Romeu Tuma. Entre as inovações previstas está a impressão do voto dado em urna eletrônica. O projeto, que tramita em regime de urgência, será submetido a votação em turno suplementar e depois irá à Câmara dos Deputados, podendo entrar em vigor já nas eleições de 2002.

PÁGINA 3

Alterações na votação eletrônica foram discutidas amplamente com o TSE e as lideranças dos partidos, possibilitando a aprovação do projeto pelo Senado

Conselho de Ética pede abertura de processo contra Jader

O Conselho de Ética aprovou ontem, por 11 votos favoráveis e 4 contrários, o relatório que pede a abertura de processo contra o senador Jader Barbalho por quebra de decoro parlamentar.

O documento aponta como motivo para o pedido a suspeita de que o senador tenha mentido sobre sua participação no caso Banpará e procurado retardar as investigações sobre o assunto.

O parecer do Conselho de Ética será examinado agora pela Mesa do Senado, que terá 15 dias para pronunciar-se sobre a abertura ou não do processo.

PÁGINAS 4 E 5



Jader Barbalho participou da primeira parte da reunião, defendendo-se das acusações em pronunciamento que durou uma hora e meia

Sarney propõe Política Nacional do Livro

Projeto busca democratizar o acesso à produção literária, sem o que, afirma o senador, não há nação desenvolvida

PÁGINA 7



Dia do A ancião e Dia Internacional do Idoso foram registrados em Plenário

Senadores defendem medidas de proteção ao idoso

PÁGINA 8

Ademir não quer agressões entre opositoristas

Senador também protesta contra decisão do governo de conceder isenção da CPMF às operações em bolsas de valores, enquanto os assalariados e outros trabalhadores continuarão a pagar o imposto

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu que os candidatos dos partidos de oposição à Presidência da República não façam agressões mútuas. Ele citou o encontro dos senadores de oposição com o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, em que houve um entendimento para que não haja ataques frontais entre eles.

De acordo com Ademir Andrade, Lula "assimilou bem" o entendimento dos 18 senadores presentes – além dos 16 de partidos da oposição, o encontro contou também com a presença dos peemedebistas José Alencar (MG) e Roberto Requião (PR).

– É preciso haver entre nós certo

respeito, certa consideração, para que, mais tarde, ao estarmos juntos, não confundamos a opinião pública e a idéia das pessoas. Se dizemos que um candidato não tem a qualidade ou a força necessária para ser presidente da República do Brasil, falando mal dele, desconsiderando suas possibilidades agora, como nos apresentaremos, no segundo turno, de mãos dadas? – indagou o parlamentar pelo Pará.

Ademir Andrade lembrou que a



Ademir Andrade afirma que o governo aplica bem menos do que arrecada

oposição tem um inimigo comum, "que é o governo, aliado ao setor especulativo e subserviente aos países mais ricos do mundo". Para ele, é preciso "evitar usar a linguagem que este governo usa para desqualificar".

O parlamentar enalteceu a postura do candidato do PSB à Presidência, o governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho. Para ele, o governador tem mantido um posicionamento "mais consistente, mais contundente". Por exemplo, o

governador não tem dito que irá manter os compromissos internacionais e também os compromissos internos firmados pelo governo.

SUPERÁVIT

Ademir Andrade protestou ainda contra o superávit de R\$ 3,2 bilhões conseguido pelo governo, superando a meta exigida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo ele, "o governo aplica bem menos do que arrecada", ficando com a diferença para pagar os juros da dívida brasileira. O senador também criticou a decisão de conceder isenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) às operações em bolsas de valores,

enquanto assalariados e outros trabalhadores continuarão a pagar o imposto.

– O Brasil é um país muito farto, muito grande, muito rico, cujo povo é muito pacífico, muito pacato, muito conformado. O povo deveria ser mais exigente, cobrar mais o seu direito, não aceitar essa distribuição tão desigual da riqueza. O povo deveria brigar mais, lutar mais, exigir mais, fazer mais greves, cobrar efetivamente aquilo que precisa para ter uma vida digna, porque só uma ação muito conseqüente do povo faria um governo como esse mudar a sua posição política – afirmou o senador.

Tebet e Aécio buscam solução para Congresso

O presidente da Câmara, Aécio Neves, fez uma visita ao presidente do Senado, Ramez Tebet, ontem à tarde, para conversar, segundo informou, sobre um entendimento visando à superação dos incidentes ocorridos durante a realização da última sessão do Congresso Nacional, com vistas a permitir o reinício dos trabalhos já no início da próxima semana.

Aécio afirmou ter saído do en-



Michel Temer acompanhou Aécio Neves na visita a Ramez Tebet

contro com "expectativa muito positiva", mas não deu detalhes da fórmula pretendida, adiantan-

do apenas que Tebet "não fechou a porta para absolutamente nada".

– O presidente Tebet é um homem de bem, sereno, desprendido, e tem demonstrado isso – afirmou Aécio.

O deputado disse que ainda será necessário conversar com lideranças da Câmara, tanto da oposição quanto da base do governo, para chegar a um acordo satisfatório, mas garantiu que a conversa com Tebet "foi muito proveitosa", aumentando sua confiança.



Costa Leite, com Tebet, lamenta a avalanche de processos nos tribunais superiores

Costa Leite quer reforma do Judiciário votada este ano

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Costa Leite, esteve ontem em visita ao presidente do Senado, Ramez Tebet. Ao deixar o gabinete da Presidência, Costa Leite disse que foi cumprimentar o senador por ele ter assumido o cargo e aproveitou a oportunidade para pedir-lhe empenho no sentido de tentar votar, ainda este ano, a proposta de reforma do Judiciário.

– Há uma verdadeira avalanche de processos nos tribunais superiores: somente no STJ são 200 mil neste ano – afirmou Costa Leite, acrescentando que a situação decorre da

repetição de julgamentos de uma infinidade de recursos.

Para que apenas causas realmente importantes e relevantes cheguem às últimas instâncias, explicou o ministro, é preciso implantar mecanismos de contenção de recursos jurídicos, como os propostos pela reforma do Judiciário.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 2001

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

Dentistas levam reivindicações a senador

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o presidente do Conselho Federal de Odontologia, Miguel Álvaro Santiago Nobre, e um grupo de dirigentes da entidade.

Eles foram cumprimentá-lo pela eleição ao cargo e solicitar a Tebet atenção para propostas de interesse da categoria em tramitação no Congresso, como o salário mínimo profissional e a au-



Tebet conversa com o presidente do Conselho Federal de Odontologia e outros dirigentes da entidade

torização de duplo vínculo, pela qual os cirurgiões-dentistas poderão, como já fazem os médi-

cos e professores, ocupar dois cargos de meio período no serviço público.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova medida que aumenta segurança do voto em urna eletrônica

Para que vigore já nas eleições de 2002, matéria precisa passar por turno suplementar na Casa, e depois ser submetida a votação na Câmara, a tempo de ser sancionada até dia 5 de outubro

O Senado aprovou ontem substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) a projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que aumenta a segurança e a possibilidade de fiscalização da votação em urna eletrônica. Antes de ser enviada para a Câmara dos Deputados, a proposta será submetida a turno suplementar na próxima terça-feira, para exame do parecer de Tuma sobre 16 emendas apresentadas em Plenário.

A proposta foi objeto de várias audiências públicas e prevê que a urna eletrônica deve imprimir o voto do eleitor para conferência. Além disso, o eleitor, caso não concorde com o voto impresso, terá a opção de votar em separado. A matéria tramita em regime de urgência e, para a nova lei entrar em vigor já nas eleições de 2002, precisa ser aprovada pelo Senado e pela Câmara a tempo de ser sancionada até o próximo dia 5.

— O projeto foi objeto de discussão com o Tribunal Superior Elei-



Projeto de Roberto Requião foi acolhido na forma de substitutivo apresentado por Romeu Tuma

toral e as lideranças dos partidos no Senado e na Câmara. Isso significa que teremos uma aprovação quase que automática na Câmara — afirmou Requião, informando que ele, o presidente do TSE, ministro Nelson Jobim, e o relator já concordaram em introduzir pequenas alterações no substitutivo aprovado.

ANISTIA

Os senadores aprovaram na mesma sessão projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-

SE) que concede anistia a dirigentes de sindicatos de petroleiros punidos pela participação na greve de 1994. Pela proposta, que segue para apreciação dos deputados, os sindicalistas farão jus ao pagamento do salário daquele período, que fora suspenso, e os demitidos deverão ser reintegrados com todos os direitos.

A ordem do dia serviu ainda para a realização do quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que estabelece que os valores anuais a serem alocados para os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste sejam fixados e repassados integralmente. O presidente do Senado, senador Ramez Tebet, determinou que a proposta seja incluída em pauta para votação na sessão da próxima quarta-feira.

Também transcorreu o terceiro dia de discussão da PEC do sena-

dor Ademir Andrade (PSB-PA) que aumenta de 3% para 4% a parcela do produto da arrecadação de impostos aplicada no financiamento do setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) pediu o apoio dos senadores do Sul e do Sudeste para a proposta, por acreditar que ela pode ajudar a diminuir os desequilíbrios regionais do país.

Com parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR), o Plenário aprovou projeto de lei da Câmara que revoga dispositivo de decreto-lei segundo o qual o credor de um financiamento de bem móvel pode pedir a prisão do devedor. Em defesa da proposta, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) alertou que, apesar de contrário às garantias dadas em uma democracia, o artigo do decreto-lei continua em vigor. A matéria volta à Câmara, pois recebeu duas emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Conforme pedido de Suplicy, Malan deve esclarecer crédito do BNB a cooperativa no Maranhão

Suplicy solicita informações sobre financiamento

Na sessão de ontem, o Plenário aprovou requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que solicita ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, informações sobre a concessão de financiamento pelo Banco do Nordeste à Cooperativa Agrícola de Barra do Corda (MA).

Segundo o senador, alguns projetos da cooperativa, como a implantação de uma fábrica para produção de polpa de frutas, tornaram-se grandes fracassos que oneraram seus associados.

Os senadores aprovaram ainda oito projetos de decreto legislativo favoráveis aos atos do Ministério das Comunicações que autorizam a exploração de serviços de radiodifusão em cidades de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

BALANÇO

Redução de desigualdades marcou debates

A discussão de emendas constitucionais destinadas a reduzir os desequilíbrios regionais marcou os trabalhos do Plenário do Senado ao longo da semana. De autoria dos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ademir Andrade (PPS-PA), as emendas visam garantir e aumentar os recursos que a União envia às regiões mais pobres do país.

A proposta de Valadares, que será votada na próxima quarta-feira, insere na Constituição os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, criados este ano por medida provisória para substituir os incentivos fiscais dos extintos Fundos de Investimento da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor). O mesmo texto exige que a lei fixe os valores anuais a serem alocados nesses fundos e impede que o governo lance mão deles na ocorrência de incertezas econômicas.



Plenário discutiu propostas de Antonio Carlos Valadares e Ademir Andrade destinadas a combater desequilíbrios regionais

Também no propósito de combater as desigualdades, foi discutida proposta do senador Ademir Andrade que aumenta o percentual de receitas tributárias destinadas ao financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A idéia é elevar de 47% para 48% a parcela componente dos fundos constitucionais resultante da arrecadação dos impostos sobre a Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI).

O Senado autorizou o governo da Bahia a contrair empréstimo de US\$ 54,3 milhões junto ao Ban-

co Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O dinheiro será aplicado num projeto de combate à pobreza rural do estado.

O Plenário aprovou ainda projeto do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) instituindo uma Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia. E votou a autorizar a tramitação dos acordos bilaterais firmados entre o Brasil e o Canadá. O cancelamento dessa tramitação foi uma reação à decisão do governo canadense de impedir a entrada de carne brasileira em seu mercado.

Comissão pede realização de auditoria na Eletrobrás

Nos trabalhos realizados pelas comissões esta semana, destacou-se a decisão de pedir ao Tribunal de Contas da União (TCU) que realize auditoria de natureza contábil, financeira, operacional e patrimonial na Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás).

O objetivo é apurar possíveis irregularidades em contrato de financiamento firmado pela Eletrobrás com a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe). A medida foi tomada pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), a pedido do senador Carlos Wilson (PTB-PE).

A Comissão de Educação (CE) aprovou substitutivo do então senador Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ) a projeto da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) tornando obrigatório o uso da linguagem de sinais, utilizada universalmente pelos surdos-mudos, em todas as mensagens do governo federal na TV.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) que solicita a for-

mulação de voto de censura ao governo fundamentalista do Afegânistão.

Outro requerimento aprovado, de autoria da senadora Heloisa Helena (PT-AL), solicita que seja levada ao governo a posição do Senado no sentido de que a política externa brasileira busque desencorajar as nações amigas quanto a atos precipitados de retaliação contra populações inocentes.

O presidente da CRE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), teve aprovado requerimento em que convida o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, a prestar esclarecimentos sobre a posição oficial brasileira em relação à crise internacional provocada pelos atentados terroristas aos Estados Unidos.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), presidente da Comissão Mista de Orçamento, decidiu suspender a liberação de verbas federais para 121 projetos em execução no país que apresentaram graves irregularidades, segundo o Tribunal de Contas da União.

Conselho quer abertura de processo contra Jader

Integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovaram ontem relatório em que o ex-presidente do Senado é acusado de quebra de decoro parlamentar. A Mesa decidirá se o processo será, ou não, instaurado

Com 11 votos favoráveis e 4 contrários, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou ontem o relatório que pede a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Jader Barbalho (PMDB-PA). O documento aponta como motivos para o pedido a suspeita de o senador haver mentido sobre sua participação em desvios do Banco do Estado do Pará (Banpará) e ter retardado as investigações sobre o caso.

O parecer do conselho será agora encaminhado à Mesa do Senado, que terá 15 dias para pronunciar-se a respeito. A Mesa é que decidirá se será ou não aberto o processo. É durante esse período que o senador poderá renunciar ao mandato sem perder os direitos políticos.

De acordo com o relatório, elaborado pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM), existem "provas materiais e testemunhais" de que Jader, suas empresas, amigos, empregados e familiares teriam sido beneficiados por esquema que desviou o montante de R\$ 3,394 milhões, em valores atuais, do Banpará entre os anos de 1984 e

1988, quando o senador era governador do estado do Pará.

Conforme consta do documento, as operações consistiam na compra de títulos de renda fixa no banco Itaú, na agência Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, por meio de cheques administrativos emitidos pelo Banpará. Os resíduos das aplicações, quando positivos, eram creditados diretamente na conta pessoal que Jader mantinha na agência. Quando os resultados eram negativos, as aplicações eram complementadas, ora em dinheiro, ora em cheques assinados pelo próprio Jader. Em algumas situações, o senador teria comparecido pessoalmente à agência para comandar as aplicações, segundo o relatório.

Ainda de acordo com o documento aprovado, Jader teria abusado da prerrogativa de suas atribuições como presidente da Casa para atrasar por 117 dias a tramitação do requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que solicitava os relatórios do Banco Central sobre o caso Banpará. Isso constituiria ato de improbidade administrativa e ilícito em causa própria, conforme o documento.

Relatores refutam as críticas

Logo no início da reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador Jader Barbalho defendeu-se das acusações por uma hora e meia. Ele afirmou estar sendo injustiçado e vítima de uma farsa. Disse ainda que a situação era resultado de campanha política orquestrada contra ele. Após a fala de Jader, o presidente do conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), suspendeu a reunião devido ao início da ordem do dia. Os trabalhos foram retomados ao meio-dia.

Os relatores, senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP), refutaram as palavras de Jader. Segundo disseram, o documento foi produzido com base em relatórios do Banco Central e do Ministério Público e em depoimentos das pessoas envolvidas nas operações fraudulentas no Banco do Estado do Pará (Banpará). Afirmaram ainda que existiam provas suficientes para o pedido de abertura de processo.

Por sua vez, os senadores João

Alberto Souza (PMDB-MA) e Nabor Júnior (PMDB-AC) apresentaram votos contrários ao relatório, pedindo o arquivamento das investigações, sob a alegação "de total ausência de provas contra o indiciado". Líder do PMDB, o senador Renan Calheiros (AL) afirmou que a abertura de processo, sem a realização de perícia aprofundada das denúncias, "era decisão que feria os princípios constitucionais".

Diante dos protestos, todos os senadores dos partidos de oposição e do PFL, e ainda os senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Leomar Quintanilha (PPB-TO), integrantes do conselho, fizeram questão de esclarecer que não estava sendo votada a cassação de Jader, mas a abertura de processo.

— O senador terá todo o direito de apresentar sua defesa e pedir perícia dos documentos. Nós, do PT, nos comprometemos a votar pela absolvição, caso não se consigam provas que demonstrem que Jader é culpado — disse o senador José Eduardo Dutra.



O Conselho de Ética aprovou por 11 votos favoráveis e 4 contrários relatório da comissão que investigou as acusações

Mesa tem 15 dias para se pronunciar

A abertura de processo por falta de decoro parlamentar contra o senador Jader Barbalho, aprovada ontem pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, só poderá ser concretizada se assim decidir a Mesa da Casa. O Regimento Interno do Senado define que a Mesa deve pronunciar-se sobre o assunto em 15 dias, contados a partir da leitura da recomendação do Conselho de Ética em Plenário, o que deve acontecer ainda hoje.

Em um prazo de sete dias da publicação do relatório no *Diário do Senado Federal*, a Mesa deve indicar, entre seus mem-

bros, um relator para analisar a sugestão do conselho. O relator, por sua vez, tem outros sete dias para emitir parecer, ou a favor da continuação das investigações e, portanto, pela abertura do processo, ou pelo arquivamento da matéria. A manifestação do relator, no entanto, pode acontecer em prazo inferior, se ele assim decidir.

Durante esse período, o senador objeto das denúncias pode apresentar pedido de renúncia ao mandato, sem perder os direitos políticos e a possibilidade de concorrer às eleições seguintes. O processo então é inter-

rompido e arquivado.

Caso o processo seja aberto, a Mesa encaminha a decisão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que irá examinar se os procedimentos adotados até aquele momento estão de acordo com o que determina a Constituição.

Se o parecer for aprovado pela CCJ, o processo prossegue no Conselho de Ética, numa fase em que o indiciado tem direito a ampla defesa, com acompanhamento de advogados e apresentação de provas, contra-provas, colhimento de testemunhos e solicitação de perícia.

Ampla defesa será agora permitida

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), disse que o senador Jader Barbalho terá a oportunidade de requerer a produção de provas e perícias em documentos durante o processo que poderá ser instaurado. Juvêncio salientou a importância da decisão de não admitir a ampla defesa de Jader antes da votação do relatório.

— Ele agora poderá pedir todas as perícias e terá ampla defesa —



Juvêncio da Fonseca disse que Jader poderá requerer a produção de provas e perícia em documentos

disse Juvêncio. O presidente do conselho afirmou não ter pensado ainda sobre o nome de um possível relator para o processo por

quebra de decoro. "Nem sei se haverá processo", disse, aventando a possibilidade de Jader renunciar, o que encerraria o processo.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), um dos autores do relatório que pede a abertura de processo contra Jader, fez avaliação positiva do trabalho de investigação. "Só objetivamos a busca da verdade e todas as diligências que fizemos foram nesse sentido." O fato de não ter sido permitida a Jader ampla defesa nessa fase das investigações não significou, segundo Tuma, cerceamento de direitos de Jader.

— Qualquer meio de ampla defesa só cabe no processo. Respeitamos a ordem jurídica — disse Tuma. Juvêncio da Fonseca ressaltou ter agido em respeito ao Regimento Interno.

Senador rebate acusações e afirma que está sendo vítima de uma farsa

Jader Barbalho defendeu-se durante uma hora e meia na primeira parte da reunião do Conselho de Ética. Segundo ele, “todos os relatórios” o isentam de participação no caso Banpará

Defendendo-se por uma hora e meia na reunião do Conselho de Ética na manhã de ontem, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) refutou as denúncias que pesam sobre ele e disse que tem sido vítima de uma farsa, montada para liquidá-lo politicamente, desde que resolveu enfrentar o ex-senador Antonio Carlos Magalhães, em abril do ano passado.

Jader negou que tenha mentido ao Senado e citou relatórios de órgãos oficiais que o isentam de participação nos desvios no Banco do Estado do Pará quando era governador do estado — entre 1984 e 1988.

— Dizem que eu estou mentindo apenas por defender-me utilizando documentos expedidos pelo Banco Central, pela Procuradoria Geral da República e pelo Banpará que me inocentam. Todos os relatórios dizem a mesma coisa, ou seja, que não foi possível encontrar nenhuma prova robusta que pudesse indicar minha participação em irregularidades no Banpará — afirmou.

Ele reclamou do fato de os integrantes do conselho não permitirem a realização, antes de instauração do processo, de perícia nos documentos do relatório, e disse que isso também era resultado de um grande complô para desmoralizá-lo. *Quem tem medo de Virginia Wolf?*, perguntou o senador, citando livro da autora de mesmo nome, afirmando que todos os senadores do conselho que estavam contrários a ele teriam medo da verdade, ou seja, dos resultados da perícia.

O senador utilizou-se ainda de trechos de falas dos senadores favoráveis à abertura de processo contra ele em que, segundo disse, constavam palavras que corroboravam a idéia de sua inocência. Os senadores citados negaram, no entanto, que Jader tivesse lido a íntegra dos pronunciamentos.

— Eu não permitirei que o senador Jader faça com as minhas palavras o que fez com o Banpará. Ele roubou o banco, mas não vai roubar minhas palavras — afirmou Heleisa Helena (PT-AL).

Jader criticou de modo irônico a atuação do senador Romeu Tuma (PFL-SP), um dos autores do relatório, acusando-o de não ter se comportado imparcialmente. Tuma se recusou a discutir com Jader.



Jader Barbalho queria perícia nos documentos antes da abertura do processo

Tebet pretende designar relator até segunda-feira

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que espera receber ainda hoje o parecer do Conselho de Ética pela abertura de processo contra o ex-presidente da Casa, Jader Barbalho, e prometeu que até a próxima segunda-feira, “no máximo”, designará um senador para relatar o caso perante a Mesa.

Tebet lembrou que o relator terá, assegurados pelo Regimento, 15 dias para se pronunciar, mas observou também que ele poderá não utilizar inteiramente esse prazo. O senador não quis se pronunciar sobre os nomes já citados em especulações — como os do primeiro-secretário, Carlos Wilson (PTB-PE), e do segundo vice-presidente, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Tebet considerou “um primeiro passo para o entendimento”, depois dos fatos ocorridos na sessão do Congresso Nacional, a visita que recebeu, à tarde, do presidente da Câmara, Aécio Neves. Disse que fará “todo o possível, nos limites do razoável”, em prol da conciliação, por considerar ser esta a atitude que condiz com o perfil do ocupante da Presidência do Senado e do Congresso.

— Parlamento é diálogo — sintetizou.

O senador negou que tenha havido equívoco na decisão de mandar o projeto que altera o Plano Plurianual à sanção.

— Não houve prejuízo algum, porque a matéria, no mérito, já estava julgada — esclareceu.



Ramez Tebet diz que fará “todo o possível, nos limites do razoável”, pela conciliação no Congresso Nacional

Novo mandado no STF tenta impedir processo

O senador Jader Barbalho ajuizou no final da tarde de ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) novo mandado de segurança, com pedido de liminar, solicitando que o Senado não inicie um processo formal contra ele, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, até que o próprio STF julgue o mérito de outro mandado, impetrado na última terça-feira.

No primeiro mandado, que teve pedido de liminar rejeitada pelo ministro Celso de Mello, o senador solicitava que o relatório da comissão especial do Conselho de Ética não fosse votado até que ficasse pronta perícia judicial que ele pediu nos documentos do Banco Central e do Ministério Público, todos referentes às investigações sobre o caso Banpará. Agora, já que o Conselho de Ética votou ontem o relatório da comissão, assinado pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM), ele pede que sejam esperados os resultados da perícia antes que a Mesa tome uma decisão.

Conforme a assessoria de imprensa do STF, neste novo mandado Jader Barbalho ataca o relatório aprovado pelo conselho, que o acusa de ter “faltado com a verdade ao afirmar não ter qualquer vinculação com as aplicações realizadas com recursos desviados do Banpará”. Na ação, Jader alega que o relatório foi aprovado no Conselho de Ética “sem justa causa”. Para ele, não cabe ao Legislativo “afirmar a certeza” de sua participação “em fatos que estão sendo apurados na sede própria e única para afirmá-lo: o Judiciário”.

Jader não quer que a Mesa do Senado decida se aceita ou não a abertura de processo, aprovada ontem pelo Conselho de Ética, até que seja concluída a perícia determinada por uma juíza federal do Pará. O senador entende que a perícia irá inocentá-lo.



Álvaro Dias disse considerar “incompreensível e inaceitável” o comportamento de FHC

Álvaro promete manter luta contra a corrupção

Ao explicar as razões que o obrigaram a mudar de partido — do PSDB para o PDT — o senador Álvaro Dias (PR) ressaltou que manterá sua luta contra a corrupção, por entender que se trata do maior mal existente no país, sendo fonte de subdesenvolvimento, fome, pobreza e desemprego. Ele citou dados da organização não-governamental Transparência Internacional, segundo os quais o Brasil ocupa a 36ª posição em corrupção, entre os 81 países pesquisados.

Álvaro Dias entende que o governo agiu despoticamente ao impedir a instalação da CPI da Corrupção e explodir a estrutura do PSDB no Paraná, expulsando dois senadores por terem firmado o pedido.

— Acho incompreensível e inaceitável o comportamento do presidente Fernando Henrique, do governo federal e do PSDB nesse episódio — disse.

O senador referiu-se a declarações do presidente da ONG, Peter Eigen, demonstrando que um terço da dívida pública brasileira foi para o bolso de políticos e funcionários públicos corruptos. Disse não ter dúvida de que o país poderia ser muito mais rico e poderoso se não houvesse corrupção.

Álvaro acrescentou que, segundo os dados da ONG, a renda *per capita* poderia ser 70% maior e a taxa de financiamento público, de 28,8%, cortada pela metade no Brasil. De acordo com a ONG, informou, os principais focos de corrupção foram identificados no INSS (falsos benefícios); no DNER e no DNOCS (obras superfaturadas); na Sudam e na Sudene (incentivos fiscais desviados); no Incra e na Terracap (desapropriações fraudulentas).

Para Álvaro Dias, o dever de todos os senadores é, primordialmente, combater a corrupção. “Devemos nos empenhar para passar o país a limpo, ressuscitando a credibilidade sepultada diante de tantos escândalos”, concluiu.

Produtos de exportação podem ter selo ambiental

Com projeto de lei que tramita nas comissões do Senado, Gerson Camata pretende induzir mudanças nas atividades produtivas, favorecendo tecnologias e processos menos agressivos ao meio ambiente



Luiz Pontes considera a aqüicultura promissora tanto do ponto de vista econômico como social e ambiental

Pontes propõe energia mais barata para aqüicultura

A aqüicultura, ou seja, a produção intensiva de peixes, moluscos e crustáceos, pode ter tarifas diferenciadas de energia elétrica para se desenvolver. Esse é o objetivo de projeto de lei apresentado pelo senador Luiz Pontes (PSDB-CE), que será analisado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Na opinião de Pontes, a aqüicultura é uma atividade promissora, tanto do ponto de vista econômico como social e ambiental. Por meio dessa atividade, afirma, é possível pôr fim à pesca predatória, permitindo que os produtores aumentem sua renda, garan-

tindo a sustentabilidade da produção.

— A energia elétrica é um dos principais fatores de produção da aqüicultura, mas seu elevado custo constitui um dos obstáculos para o aumento da produção. Acreditamos estar dando um passo importante para o desenvolvimento do setor — declarou o senador na justificativa de seu projeto.

A matéria altera a Lei Agrícola, de 1991, acrescentando o dispositivo que inclui a aqüicultura entre as atividades passíveis de receber, prioritariamente, incentivos do poder público no que diz respeito à eletrificação rural.

Projeto de lei apresentado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) cria um selo ambiental, obrigatório para produtos industrializados ou semi-industrializados destinados à exportação. A proposta deve ser analisada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo a esta decidir sobre a matéria em caráter terminativo.

Segundo Camata, o selo ambiental tem por finalidade atestar que o produto certificado atende aos padrões ambientais vigentes e está em conformidade com as normas que digam respeito à preservação e conservação do meio ambiente e de recursos naturais.

— Observa-se uma demanda crescente por serviços e produtos que causem menor impacto ambiental, sobretudo nos países desenvolvidos, cujos consumidores não hesitam em pagar mais pelos chamados “produtos verdes”. Ao conscientizar e incenti-



Camata registra demanda crescente por serviços e produtos de menor impacto ambiental

var a sociedade a consumir bens “ambientalmente corretos”, o selo induz mudanças nas atividades produtivas, em prol de tecnologias e processos menos agressivos ao meio ambiente — argumenta o autor do projeto.

Camata entende que o modelo de rotulagem ambiental pode servir para que a sociedade exija um comportamento ético e ecológico por parte dos empresários, incluindo a variável ambiental nos processos produtivos.

O projeto prevê ainda que o



selo seja concedido pelo órgão competente do governo federal ou, por meio de convênios, pelos governos estaduais. Além disso, Gerson Camata quer que os produtores que não se adaptarem à exigência do selo ambiental sejam punidos de acordo com a lei de 1998 que prevê sanções penais e administrativas a condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — A deputada cubana Joandra Muro Vale e o deputado mexicano Jaime Martínez Veloz falam sobre o novo pensamento latino-americano
7h30 — *Entrevista* — O sen. Mazarildo Cavalcanti fala sobre o desenvolvimento da Amazônia
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoolismo — Parte 2
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão Educação — Audiência pública para estudar a renovação e concessão da TV Ômega (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Vozes
19h30 — *Agenda Econômica* — O presidente da Unafisco, Paulo Gil, fala sobre a reforma tributária
20h30 — *Entrevista* — O sen. Mazarildo Cavalcanti fala sobre o desenvolvimento da Amazônia
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Duo de violões. *Show* com Turibio Santos e João Pedro Borges
22h30 — *Expresso Brasil*
23h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos

23h30 — *Especial* — 9ª Jornada Nacional de Literatura
24h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Vozes

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Sessão Plenária do Senado (vivo)
13h30 — *Doce Melodia* — O melhor da música instrumental brasileira — Interpretação do saxofonista Moacir Silva (Bob Fleming)
Músicas selecionadas: *Meditação*, de Tom e Newton Mendonça; *Cheira de Saudade*, de Luís Antônio e Djalmir Ferreira; *Dizem por Ai*, de Manoel da Conceição (Mão de Vaca); e *O Amor e a Rosa*, de Pernambuco e Antônio Maria
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
20h30 — *Doce Melodia* — O melhor da música instrumental brasileira (reprise)
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Música do Brasil*

Eduardo quer recursos no Orçamento para desenvolver potencialidades do país

Ao ressaltar a necessidade de a proposta orçamentária em tramitação no Congresso incluir financiamentos para projetos que desenvolvam as potencialidades do Brasil, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) chamou a atenção para o projeto de implantação de usina eólica na região do Jalapão, no estado do Tocantins.

A implantação da usina, segundo informou o senador, demanda menos recursos do que os utilizados para a construção de usinas tradicionais, com a vantagem de viabilizar geração limpa, ecológica e barata de energia. Especialistas da Universidade de Campinas (Unicamp) e da Faculdade da Terra são os responsáveis pelo projeto, acrescentou.



Eduardo Siqueira Campos defende implantação de usina eólica no Jalapão, no Tocantins

Eduardo Siqueira Campos afirmou ainda que a região do Jalapão foi considerada por especialistas como área ideal para a implantação de um grande projeto de usinas eólicas,

devido aos seus imensos descampados por onde circulam ventos que alcançam a média de 60km/h.

De acordo com o senador, empresas e organizações privadas já manifestaram interesse na implantação do projeto. Ele citou a empresa Kaguciama — Energia Alternativa para a Amazônia, a Associação de Preservação dos Botos da Amazônia e a Sociedade Americana de Energia Eólica.

No mundo globalizado, argumentou Eduardo Siqueira Campos, o país precisa investir maciçamente em projetos que desenvolvam suas potencialidades ainda não exploradas e, a seu ver, há grande potencial em todas as regiões, “mas especialmente na Amazônia”.

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Projeto de Sarney visa garantir acesso da população ao livro

Política Nacional do Livro, proposta pelo senador, também estimula a produção intelectual de escritores e autores brasileiros de obras científicas e culturais

Senador destaca serviços prestados ao país pelos técnicos



Matusalém aponta importância do técnico industrial

Por ocasião do Dia do Técnico Industrial, comemorado em 23 de setembro, o senador Fernando Matusalém (PPB-RO) lembrou a importância dos mais de 650 mil profissionais formados nas escolas técnicas brasileiras, que, na opinião do parlamentar, prestam relevante serviço ao país e são responsáveis por muitos dos avanços econômicos e sociais que a sociedade testemunhou nos últimos anos. O senador lamentou que apenas alguns estados tenham instituído o Dia do Técnico Industrial e ressaltou a importância de um projeto de lei, que tramita no Congresso Nacional, que visa criar o Dia Nacional do Técnico Industrial.

Já aprovado pelo Senado, continuou Matusalém, há outro projeto de lei que visa dar aos técnicos uma estrutura profissional própria. Matusalém destacou a dedicação de Wilson Vieira, presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais (Sintec) e da Federação Nacional dos Técnicos Industriais (Fentec). Segundo o parlamentar, em 1987 ele foi o responsável pela transformação da associação em sindicato e pela representação dos técnicos na reunião do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, em 1999.

Conleg debate financiamento de campanhas

A Consultoria Legislativa (Conleg) promoverá hoje, das 9 às 12h, debate sobre financiamento público de campanhas eleitorais, o primeiro de uma série de três eventos cujo objetivo é discutir temas centrais da reforma política em tramitação no Congresso Nacional.

Estarão presentes no debate o consultor legislativo do Senado Paulo Henrique Soares; o consultor legislativo da Câmara dos Deputados na área de ciência política Márcio Rabat; o diretor do Instituto Soma Opinião e Mercado, Ricardo Pinheiro Pena; e o professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília Marcus Faro de Castro. O evento faz parte dos Debates Conleg, atividade regular de atualização dos consultores legislativos.

“Nenhum país pode ser uma grande potência econômica sem antes ser uma potência cultural”. Foi com esse argumento que o senador José Sarney (PMDB-AP) justificou, em Plenário, a apresentação de projeto de lei de sua autoria que institui a Política Nacional do Livro. A iniciativa assegura ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro, bem como estimula a edição, distribuição e consumo de obras publicadas.

O projeto de Sarney também concede estímulo à produção intelectual de escritores e autores brasileiros de obras científicas e

culturais, abrindo espaço para que o Poder Executivo implemente programas anuais de manutenção e atualização do acervo das bibliotecas públicas, universitárias e escolares.

De acordo com o projeto, caberá à União, estados, municípios e Distrito Federal destinar recursos às bibliotecas para manutenção e aquisição de livros. A iniciativa também prevê financiamentos federais, por intermédio do Fundo Nacional de Cultura (FNC), para a expansão do sistema bibliotecário e de programas de incentivo à cultura.

— Não há nação desenvolvida sem a plena democratização do



Sarney: “Não há nação desenvolvida sem democratização do acesso ao livro”

acesso ao livro, principal meio da difusão da cultura, da transmissão do conhecimento e do fomen-

to da pesquisa social e científica — lembrou o senador, para quem em plena era da informática o livro e a leitura continuam a ser os principais instrumentos para a difusão da cultura e do saber.

A Política Nacional do Livro, de acordo com o projeto, permite a ampliação da exportação de livros nacionais, dá condições legais às editoras para contratar trabalho autônomo de profissionais, introduz a hora de leitura nas escolas, estabelece tarifa postal reduzida para o livro brasileiro e, entre outras medidas, cria cursos de capacitação de trabalho editorial, gráfico e livreiro em todo o país.

TVs Senado e Câmara estreiam co-produção

Produto da primeira parceria entre as TVs Câmara e Senado, o programa mensal de 20 minutos *Expresso Brasil* estreia hoje, às 22h30.

Tudo o que interessa ao cidadão comum e está na pauta do Congresso, ou já virou lei, vai estar na tela do *Expresso Brasil*. Como estão funcionando as leis

aprovadas pelo Congresso? Que conseqüências têm na vida do cidadão os projetos que estão tramitando no Parlamento? O que está sendo discutido na sociedade que pode refletir no trabalho do Congresso? Estes são, em geral, os temas do *Expresso Brasil*.

A primeira edição do programa aborda os efeitos do Código Nacio-

nal de Trânsito, o trabalho voluntário da sociedade junto às penitenciárias, o analfabetismo funcional como parâmetro de avaliação da política educacional, o projeto de lei que cria selo de advertência para produtos que fomentam violência e uma entrevista com o escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano.

A TV Câmara e a TV Senado fazem a transmissão simultaneamente, sempre às sextas-feiras, às 22h30.

A iniciativa é pioneira. O projeto é assinado pelas jornalistas Ângela Brandão (9966-3087) e Tânia Hormann (9983-3132), da TV Senado, e Ana Maria Almeida e Evelin Maciel, da TV Câmara.

Mauro anuncia realização de encontro regional do PMDB

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) anunciou a realização, neste sábado, em Inhumas (GO), de um encontro regional de lideranças políticas de 13 municípios da microrregião que compreende o centro-sul do estado de Goiás. O encontro será promovido pelo Diretório Estadual do PMDB no estado. O senador ressaltou que debates desse tipo são fundamentais para um melhor encaminhamento da solução dos problemas nacionais.

— Ao promover encontros regionais como esse a realizar-se em Inhumas, nosso partido confirma seu compromisso com o fortalecimento da representação popular e regional de nossos políticos, o que julgo ser a base da democracia. Reafirmo minha convic-



Mauro Miranda: Inhumas receberá lideranças de 13 municípios

ção de que o municipalismo ou localismo haverá de ser a forma mais eficaz de promover as mudanças de que o Brasil precisa, com democracia e justiça — afirmou.

Segundo avaliação de Mauro Miranda, os cidadãos que convivem diretamente com os problemas têm melhores condições de propor soluções, por conhecê-los “melhor que quaisquer planejadores encastelados em ministérios”.

O senador disse que o centro-sul de Goiás é uma área em fase de acentuado desenvolvimento econômico, baseado na agroindústria. Esse desenvolvimento, na sua avaliação, foi obtido graças ao apoio oferecido pelo governo estadual nos 16 anos em que o PMDB esteve no poder.

Luiz Pontes homenageia os 50 anos do Grupo Edson Queiroz

Ao homenagear o Grupo Edson Queiroz pelo transcurso dos 50 anos de sua criação, o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) destacou que, além da contribuição do conglomerado empresarial aos cofres públicos do Ceará e do país, o grupo também é responsável por importante parcela de investimentos nas áreas social, tecnológica, agropecuária, educacional e de comunicação.

Segundo Pontes, as 16 empresas que compõem o grupo são responsáveis por algo em torno de 14 mil empregos diretos e, entre impostos e contribuições, chega-se a valores anuais da ordem de R\$ 255,5 milhões. As contribuições aos programas sociais totalizaram, somente em 2000, a cifra de R\$ 181,2 milhões, representando garantia salarial e assistencial a

um enorme contingente de trabalhadores.

No campo da educação, Pontes ressaltou o trabalho da Fundação Edson Queiroz, que, mediante a Universidade de Fortaleza (Unifor), ministra 28 cursos e já formou mais de 30 mil profissionais. A fundação cria e mantém grupos de coral, patrocina atletas em esportes de expressivo caráter competitivo e apóia a Orquestra Sinfônica de Fortaleza.

— Em menos de quatro décadas, Edson Queiroz consolidou um grupo que, se hoje não tem a sua presença física, tem sua marca de pioneirismo e conceito de responsabilidade, mantidos pela dedicação dos que o sucederam, comandados pelo pulso forte e pelo determinismo de dona Yolanda Queiroz.

Maguito cobra medidas para proteger idoso

Ao comemorar ontem em Plenário o Dia do Ancião, senador afirmou que os brasileiros com mais de 60 anos enfrentam “um sistema previdenciário caótico, injusto e ultrapassado, que necessita urgentemente ser revisto”

Em discurso no qual registrou a comemoração, ontem, do Dia do Ancião, e, no próximo dia 1º, do Dia Internacional do Idoso, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que o Brasil está envelhecendo rapidamente, uma vez que a cada ano 650 mil pessoas ultrapassam a casa dos 60 anos de vida. Esse fato, segundo o senador, leva a duas conclusões.

— Uma delas, animadora, porque indica que o brasileiro está vivendo mais. A expectativa de vida em 1950 era de 43 anos, hoje é de 68. A outra é preocupante: 75% dos idosos ganham no máximo três salários mínimos por mês.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 4 milhões de idosos com mais de 60 anos trabalham no Brasil, número que dobrou nos últimos 12 anos, conforme o senador. Desse contingente, apenas 12% possui carteira assinada, enquanto os outros trabalham por conta própria ou faz “bicos”, como forma de se sustentar.

Para o senador, isso acontece porque “os idosos enfrentam um sistema previdenciário caótico, injusto e ultrapassado, que necessita urgentemente ser revisto”. Segundo o representante de Goiás, “uma pessoa que lutou a vida toda

não pode chegar à velhice com uma aposentadoria miserável”.

Maguito lembrou que foi com base em preceitos da Organização das Nações Unidas (ONU) que Goiás criou o Vila Vida, projeto que vem contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de mais de 1.500 idosos no estado. Segundo relatou, a implantação do projeto foi iniciada pelo ex-governador Iris Rezende. O programa teve continuidade durante a gestão do próprio Maguito, quando governador.



Maguito Vilela disse que o Brasil está envelhecendo rapidamente. A cada ano, 650 mil pessoas ultrapassam os 60 anos

Marluce quer elevar idade da compulsória

Ao homenagear o Dia do Ancião, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) disse que apresentará projeto de lei elevando de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória no serviço público. “Trata-se de uma lei facultativa e não imperativa, permitindo, a quem o queira, o direito de permanecer na atividade”, explicou.

Para Marluce, o projeto é uma resposta à melhor qualidade de vida dos brasileiros nos dias de hoje. Graças à medicina e alimentação farta e mais sadia, além de outros fatores, a expectativa de vida passou de 41 anos, na década de 1940, para 68 na virada do milênio. “Temos o dever de incentivar normas que incrementem o aproveitamento da força de trabalho competente e qualificada, tantas vezes relegada ao abandono e ao esquecimento”, disse.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 170 milhões de brasileiros, cerca de 9% (15 milhões) estão na chamada terceira idade. As previsões projetam em 18% o percentual de idosos brasileiros em 2020 e em 25% no ano 2040, citou Marluce. Como o INSS afirma que 60% da população economicamente ativa não contribui para a Previdência, a senadora questionou como ficarão aqueles que não terão direito à aposentadoria.

Marluce Pinto alertou que, se não for elaborada uma política austera e permanente, o futuro das gerações que virão ficará comprometido. “É preciso nos prepararmos nos próximos 10 ou 20 anos, assegurando a tranquilidade para cem anos mais.”



Para Marluce, só política austera garantirá futuro das gerações que virão

Terceira idade merece melhor qualidade de vida, diz Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse ter chegado o momento de o governo garantir melhor qualidade de vida aos 15 milhões de idosos brasileiros, mediante a adoção de medidas que garantam à terceira idade justiça social e econômica, acesso à cultura, turismo, lazer, emprego e moradia.

Sebastião Rocha registrou a passagem do Dia do Ancião, comemorado ontem, e defendeu a aprovação do Estatuto do Idoso, que objetiva valorizar as pessoas da terceira idade e dar a elas melhores condições de vida. Com a aprovação do estatuto, observou, os idosos passariam a ter “um forte instrumento de defesa dos seus interesses”.

Membro da Subcomissão do Idoso, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Rocha lembrou que o colegiado vem contribuindo para melhorar as condições de vida dos que têm mais de 60 anos de idade. Como exemplo, informou que a subcomissão está lutando para que o Senado aprove projeto que cria clínicas geriátricas em todos os



Rocha registrou a passagem do Dia do Ancião e defendeu a aprovação do Estatuto do Idoso

hospitais públicos brasileiros.

O senador também defendeu a aprovação, pelo Senado, do projeto que estabelece a meia-entrada para os idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos, e do que concede 50% de desconto nas passagens aéreas, rodoviárias, marítimas e ferroviárias. Com os descontos, salientou, o turismo interno seria beneficiado, com a conseqüente geração de emprego e renda.

ESTATUTO DO IDOSO

Rocha adiantou que a Subcomissão do Idoso iniciará em outubro uma série de viagens pelo país, com o objetivo de ouvir as pessoas da terceira idade e colher subsídios para o Estatuto do Idoso. O primeiro estado a ser visitado será Tocantins.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), em aparte, defendeu a venda de remédios mais baratos para os idosos, principalmente os de baixa renda. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ), também em aparte, observou que os idosos, como toda a população, só terão melhores condições de vida “quando o salário mínimo for digno”.

Quintanilha defende mais cursos de especialização em geriatria

Ao citar estatísticas apontando que o Brasil terá, em breve, a sexta maior população de idosos do mundo, o presidente da Subcomissão do Idoso, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), manifestou a preocupação com o fato de pouquíssimas universidades no país oferecerem, nos cursos de Medicina, a especialização em geriatria.

Segundo Quintanilha, o envelhecimento populacional no mundo vem sendo discutido pela Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, afirmou, o número de pessoas com mais de 60 anos já ultrapassa os 15 milhões. De acordo com o parlamentar, projeção baseada nas taxas de natalidade e mortalidade indica que, em 2040, o percentual de idosos em relação à população do país já será de 25%.

Quintanilha destacou que nenhuma nação pode pensar em desenvolvimento se não integrar de forma harmônica os seus diversos grupos sociais. Em sua opinião, ao idoso devem ser garantidas não apenas as condições de sustento econômico, mas também

a reinserção social.

Para o senador, a experiência de vida dessas pessoas “constitui invejável acúmulo de conhecimento que não pode ser desprezado”. Quintanilha citou personalidades como Hebe Camargo, Zagalo, Inezita Barroso, Raquel de Queiroz e Dercy Gonçalves, que já passaram dos 70 anos e estão em plena atividade.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, ao prestar homenagem aos idosos, afirmou que essa faixa populacional está na melhor idade porque esbanja “experiência, sabedoria, prudência e equilíbrio”. Tebet cumprimentou Quintanilha e a Subcomissão do Idoso pela iniciativa do Senado de prestar a homenagem.

Já o senador Romero Jucá (PSDB-RR) enalteceu os avanços dos direitos do idoso ocorridos no governo Fernando Henrique e anunciou o programa *Cabelo de Prata*, da prefeitura de Boa Vista (RR), que amplia o atendimento aos idosos. O senador Tião Viana (PT-AC), na presidência dos trabalhos, associou-se às homenagens.



Segundo Leomar Quintanilha, há no Brasil mais de 15 milhões de idosos